

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 06/05/2015 - Edição 1266

Sindicato de Alagoas combate o banco de horas e outras práticas da Prosegur



Mais uma vez a intransigência e irresponsabilidade da Prosegur levaram os vigilantes a buscarem seus direitos na justiça. Desta vez, o Sindicato dos Vigilantes de Alagoas se viu obrigado a acionar o Ministério Público do Trabalho para denunciar as práticas lesivas à dignidade dos trabalhadores, como a resistência por parte da empresa em colocar fim ao banco de horas (bando ladrão), o desrespeito ao horário de almoço e

a falta de comunicação das escalas com antecedência mensal ou, pelo menos, quinzenal.

Como de costume, na audiência a Prosegur negou o banco de horas e não comprovou o respeito ao intervalo intrajornada nem a programação das escalas com antecedência. Apesar disso, o Sindicato recebeu denúncias de que os vigilantes de carro-forte são avisados da escala do dia seguinte

somente ao final do expediente no dia anterior, impedindo que o trabalhador tenha controle de sua vida.

O Procurador Dr. Cássio de Araújo Silva condenou as práticas da Prosegur e afirmou, durante a audiência, que todo trabalhador tem direito a ter uma jornada de trabalho fixa, com horário de entrada e saída. “A empresa não pode se apropriar da vida do trabalhador dessa maneira. A Jornada de trabalho é direito fundamental e inegociável, pois o tempo diz respeito à própria vida”, avaliou.

Nova audiência ficou agendada para o dia 1º de julho. A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) reforça que está à disposição dos companheiros de Alagoas em mais esta luta.

Fonte: CNTV

CUT intensificará luta contra as MPs 664 e 665

“Não podemos ajustar contas do governo em cima dos direitos dos trabalhadores”, disse Vagner Freitas, presidente nacional da CUT, em reunião em Brasília nesta terça (5)



“Não podemos ajustar contas do governo em cima dos direitos dos trabalhadores. A posição da CUT é clara: somos contra as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665”. Este foi um dos argumentos que o presidente da CUT, Vagner Freitas, usou durante reunião que a bancada do PT fez nesta terça-feira, 5, em Brasília, para discutir uma posição unitária sobre as MPs, que estão sendo votadas no plenário da Câmara dos Deputados.

De maneira enfática e firme, segundo os próprios deputados, Vagner fez a defesa dos direitos da classe trabalhadora dizendo que, se governo quer fazer um ajuste fiscal, que taxe as grande fortunas e a especulação financeira, que melhore os mecanismos de combate à sonegação.

O dirigente disse que a CUT não vai permitir que o governo, para não mexer com os empresários, mexa com a parte mais frágil, que são os/as trabalhadores/as, tire direitos restringindo o acesso a benefícios fundamentais.

“Aumentar o prazo para acesso ao seguro-desemprego é retirar um direito adquirido, restringir o acesso a um benefício previdenciário é retirar um direito adquirido”, disse Vagner.

A CUT, disse Vagner, acredita que se o governo acha que precisa fazer

correções nas políticas públicas para evitar fraudes ou corrigir erros que, porventura, existam, que se prepare, que capacite e contrate mais fiscais. Mas não como ajuste fiscal.

“Não vamos aceitar são argumentos como esses, nem tampouco que medidas para corrigir distorções sejam tomadas sem debate com o movimento sindical, sem debate com a sociedade.”

Quando essas medidas foram a aventadas no ano passado, a CUT deixou claro que só aceitava negociar no bojo do debate sobre o fim do Fator Previdenciário e da adoção do Regra 85/95, explicou o dirigente.

“Se estavam sendo discutidas desde o ano passado, como o governo argumenta, poderiam ser melhor debatidas e construídas pelas centrais sindicais e pelo governo, sem retirar direitos”, pontuou.

Vagner defendeu que as medidas sejam discutidas no âmbito do Fórum de Debates de Políticas de Emprego, Trabalho, Renda e Previdência - uma antiga reivindicação da CUT - que a presidenta Dilma Rousseff criou na semana passada.

E se essas MPs forem aprovadas vamos fazer uma luta tão grande quanto a que estamos fazendo contra o PL 4330, da terceirização, concluiu Vagner.

Fonte: CUT

CNTV participa de inauguração de refeitório do Sindicato dos Vigilantes do Piauí

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) participou, no Dia do Trabalhador (1º), da inauguração do Espaço de Lazer e Cultura dos Vigilantes, o Refeitório Árvores Verdes, realizada pela direção do Sindvigilantes-PI. Esta é mais uma conquista para valorizar o patrimônio material e político da categoria.

“A inauguração ocorre no momento em que a Câmara dos Deputados aprovou o PL 4330 (PLC 15/30), que aprofunda a discriminação dos vigilantes nos locais de trabalho, permitindo que o contratante separe os refeitórios de terceirizados e trabalhadores diretos”, afirmou o presidente da CNTV, José Boaventura.

A CNTV parabeniza o companheiro presidente da entidade, André Lima, e toda a diretoria do Sindvigilantes-PI pela iniciativa.

Fonte: CNTV

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico: Aníbal Bispo

Diagramação: Aníbal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF